

## SOB O SIGNO DA ALIANÇA: O PROJETO KENNEDY E AS REPRESENTAÇÕES DA AMÉRICA

*Cecilia Azevedo\**

### **Resumo**

Este artigo dedica-se a discutir, através de duas iniciativas de política externa do governo Kennedy, elementos do imaginário político norte-americano. As concepções subjacentes aos programas da Aliança para o Progresso e dos Corpos da Paz são avaliadas em termos do grau de reprodução ou mudança que implicaram os planos discursivo e prático das relações interamericanas.

Palavras-chave: Estados Unidos; Relações Internacionais; História Cultural; Aliança para o Progresso; Corpos da Paz.

### **Relações exteriores e imaginário político: entre ideais e interesses**

A política exterior vem sendo cada vez mais reconhecida como um terreno privilegiado para a investigação do imaginário, das representações fundamentais que sustentam uma dada comunidade política.

O desenvolvimento dos estudos no campo das relações internacionais tem aberto novos caminhos que tornaram superada a abordagem convencional centrada nas relações entre Estados – tomados como unidades coerentes e únicos atores dessa história.

---

\* Professora Assistente do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e Doutoranda em História pela Universidade de São Paulo.

A geração revisionista da New Left, no seu esforço de iluminar a estrutura sócio-econômica, e o papel desempenhado por atores organizados fora do Estado na moldagem da política exterior encaminharam-se no sentido da análise da dimensão ideológica desse processo. Buscou-se investigar as matrizes discursivas dos agentes formuladores de política exterior, chamando a atenção para os condicionantes valorativos e morais subjacentes às estratégias internacionais.

Mais recentemente, o reconhecimento de que as nações não devem ser reduzidas a sistemas econômicos ou de poder, mas também consideradas como culturas, tem levado ao exame das questões internacionais em termos de trânsito simbólico através das fronteiras dos Estados. Assumindo a proposta de Hobsbawm de conceber a nação como uma comunidade imaginária (Hobsbawm, 1990), a proposta desse trabalho situa-se na confluência dos campos da história política e da história cultural.

Tomando o caso dos EUA, minha preocupação é identificar a rede de representações que serve de base para diferentes versões da identidade nacional.

Os supostos conteúdos do “caráter nacional” americano vêm sendo discutidos incessantemente desde a fundação do país. Diferentes autores vêm defendendo um ou outro pólo dos pares pragmatismo-dogmatismo, experiência-destino, realismo-idealismo, conflito-consenso como marca da história e conseqüentemente a política exterior norte-americana (Sternsher, 1975; Schlesinger Jr., 1992; Berlowitz, Donoghue & Menand, 1993).

Por um lado, ressalta-se a força dos mitos de fundação vinculados à tradição religiosa puritana. Empresa santificada, a “cidade brilhante sobre a colina”, de Winthrop, se definiria não pela geografia, mas pelas qualidades sacras de que se revestiu ao ser ocupada pela raça eleita dos americanos. Segundo tal discurso, tão impregnado no imaginário coletivo, a América como profecia se cumpriu e se cumpre ao se projetar para o jardim do oeste e para o futuro (Bercovitch, 1988).

A excepcionalidade da América também é exaltada em termos de suas instituições políticas. Numa operação de espiritualização de entidades coletivas, a Revolução Americana, a Declaração de Independência e a Constituição, obras iluminadas dos fundadores, teriam

provido a América de uma teoria que por si só e definitivamente conduziria o país ao seu destino de redimir a humanidade. Daí a polêmica até hoje presente nos meios jurídico-políticos dos Estados Unidos em torno da insistência em se orientar as interpretações da constituição rigorosamente segundo o que se imagina terem sido as intenções de seus formuladores (Diggins, 1988).

Segundo Bender, o modelo de democracia oferecido pela Nova Inglaterra puritana seria o de uma comunidade moral, marcada por um sentido de conformidade e consenso em prejuízo da diferença, que alimenta o sonho de se viver cercado pela igualdade, numa situação em que todos são “uma mente só e um coração e uma alma para sempre” (Bender, 1988). Transposta para a política exterior, tal perspectiva gerou o isolacionismo, dominante até o início do século.

Em contraposição, não se podem desprezar outras tradições e concepções de América que se opõem à anterior. Além da conhecida saga colonial dos *quakers*, há toda uma história de resistência e de luta dos negros e populares revelada pela geração de historiadores dos anos 60.

Se partimos da idéia de que as nações efetivamente guardam modos de vida e sistemas de referência que as identificam e as diferenciam das demais, há que se ressaltar que não é válido pretender decidir, no nosso caso, sobre quais seriam os “verdadeiros sentimentos da América”. A disputa interna entre diferentes grupos sociais e subculturas, em torno de diversas versões e ideais, sugere que a idéia de caráter nacional como essência que flui inalterável através dos tempos deve ser condenada. Assim, enquanto face que se expõe ao mundo, a política exterior, apesar de marcada pela história anterior dos relacionamentos com o mundo, reflete tal exercício permanente de elaboração e atualização de identidade.

Os que se orgulham do seu realismo à toda prova fazem questão de defender o banimento de qualquer princípio do âmbito das relações internacionais por assumir, com a firmeza de um axioma, que os homens em sociedade, e por conseqüência as nações, agem movidos pelos seus interesses.<sup>1</sup> Fatalidade que por não ser aceita pôs o mundo a perder quando Wilson saiu em defesa de uma ordem mundial ideal.

Os defensores do pragmatismo fazem questão de diferenciar governos e indivíduos ao condenar a transposição de princípios morais

da esfera da ação individual para a estatal. Daí que os indivíduos podem se permitir ser altruístas e assumir a defesa de princípios, enquanto os governos devem ser “responsáveis” pelos interesses dos quais são curadores. Foi dessa ordem o argumento do presidente Bush para não assinar o documento final da Eco 92.

Certamente, no que tange a nós, latino-americanos, o que resta é perguntar em que medida o realismo e o idealismo das políticas exteriores norte-americanas – movidas por tal ou qual concepção de América e democracia – nos trouxeram esperanças, benefícios e nos causaram danos.

Em relação a essas correntes, é comum se vincular Wilson, Franklin Roosevelt, Kennedy e Carter como integrantes da tradição idealista e Theodore Roosevelt, Eisenhower, Johnson, Nixon e Reagan, como representantes do realismo. Tais alinhamentos têm um valor limitado, já que partem de uma visão monolítica de cada governo. Na verdade, mesmo podendo identificar um peso maior de moralismo ou pragmatismo, idealismo ou realismo em flagrantes da política exterior norte-americana em termos de período ou setores, é possível verificar a convivência destes dois pólos e a aproximação, dependendo do ponto que se queira considerar, entre governos de uma e outra linhagem.

É verdade que existem idealismos e pragmatismos de diferentes ordens, mas o que queremos enfatizar é a ambigüidade, que permite que o melhor dos idealismos derrape para o pragmatismo com muita facilidade no momento crucial de passar da teoria à ação. Nessas ocasiões, o velho dilema entre direitos formais e efetividade prática desses direitos, entre os meios e os fins, entre a ética e os interesses, emerge, deixando entrever a distância entre prática e representações.

A defesa do interesse nacional no plano externo tem levado com frequência a uma situação de esquizofrenia moral pela afronta gritante aos princípios gerais que ordenam a cultura política dos Estados Unidos. E isso não só durante, mas antes e certamente também agora, depois da Guerra Fria.

### **A disputa simbólica da América**

Ao discursar como candidato vitorioso da Convenção do Partido Democrata, o mais jovem e também o primeiro americano descendente

de imigrantes irlandeses e de religião católica que iria ocupar a Casa Branca, John Fitzgerald Kennedy profere as seguintes palavras:

...Pois estou, esta noite, de frente para o Oeste, onde havia outrora a última fronteira. (...) os pioneiros do passado abandonaram a segurança, o conforto e, por vezes, a vida, para construir um novo mundo, aqui no Oeste...

Alguém dirá que essas lutas acabaram, que todos os horizontes foram explorados, que todas as batalhas foram vencidas, e que não há mais uma fronteira norte-americana. Mas... os problemas não estão resolvidos, as batalhas não estão todas ganhas, e hoje nos vemos às margens de uma nova fronteira – a fronteira da década de 1960, uma fronteira de oportunidades e caminhos desconhecidos, uma fronteira de esperanças e ameaças irrealizadas... (Schlesinger Jr., 1966, p. 65-6)

Nova fronteira. O símbolo da política interna e externa de Kennedy resgatava uma tradição muito expressiva. Para os norte-americanos, fronteira, antes de limite, significou sempre a liberdade, o novo que se deseja conquistar. Segundo Turner, cuja famosa tese foi muito sensível ao imaginário coletivo, a fronteira não equivalia simplesmente à fronteira física, mas à conquista de um ideal social.<sup>2</sup>

Ao longo da campanha, um dos principais alvos de Kennedy foi a política externa do governo republicano e a América Latina era recorrentemente utilizada como exemplo. Segundo ele, o descaso dos EUA em relação às carências dos vizinhos do sul e também seu apoio a ditaduras, incluindo elogios e condecorações a Fulgêncio Batista, Pérez de Jimenez e Manuel Odria, seriam responsáveis pela instabilidade que se generalizava no sul do continente, tendo como modelo a Revolução Cubana.

Após a Segunda Guerra, os Estados Unidos assumiram que a América Latina dispunha de reservas econômicas proporcionadas pelo estímulo a suas exportações primárias e que o investimento privado em si poderia provocar o desenvolvimento da região, conforme o ocorrido em seu próprio país. Limitaram-se então a garantir um clima favorável aos investimentos estrangeiros pela estabilidade monetária e pela não-restrição aos lucros.

Kennedy estava certo de que, a continuar tal política ortodoxa ou esta “falta de política”, como preferia dizer, a influência norte-

americana no continente estaria irremediavelmente comprometida, concedendo aos comunistas fértil campo para atuação, como acabou comprovado no caso de Cuba. O célebre enunciado de J. F. Dulles “Os Estados Unidos não têm amigos e sim interesses” estava sendo muito bem compreendido pelos latino-americanos.

Tinham sido eloqüentes quanto ao repúdio à potência do norte os protestos de rua ocorridos, especialmente na Venezuela, por ocasião da visita em 1958 do vice-presidente Nixon – figura, aliás, que viria a ser emblema do pragmatismo na condução da política exterior no futuro. A América invisível e muda de Arciniegas, dos 150 milhões de homens cujos pensamentos e sonhos não se podiam determinar, fascinante e assustadora em seus contrastes internos, tinha se transformado num grande caldeirão próximo a explodir, comparável pela dimensão a uma China irada.

A revolução era iminente. Restaria aos Estados Unidos tentar conduzi-la de forma a preservar os parâmetros políticos do ocidente. Pois, afinal, diferentemente de outras áreas do Terceiro Mundo como a África e a Ásia, a América Latina – com raízes culturais européias e religião católica – reservava possibilidades de influência e associação únicas. E realmente era desconcertante a configuração de um extremo-ocidente, um ocidente inviável.

O projeto de Kennedy era a realização de um esforço interamericano de desenvolvimento econômico e social, em consonância com as diretrizes democráticas dos regimes representativos, disseminando o progresso a partir do norte de forma a resgatar a América Latina da situação de verdadeira miséria em que se encontrava. Para tal fim, os Estados Unidos se comprometiam a colaborar com recursos financeiros, técnicos e humanos que pudessem viabilizar as reformas estruturais a serem efetuadas na região. Um equivalente mais modesto do Plano Marshall, para o qual se estimava um investimento de 20 bilhões de dólares pelos Estados Unidos num prazo de 10 anos.

Em termos políticos, a preferência inclinou-se para o que era considerado a “esquerda democrática” latino-americana, na qual eram incluídos Haya de la Torre, Rômulo Betancourt, Eduardo Frei, Frondizi, Paz Estensoro e Jânio Quadros. Ditadores à moda antiga, como o brutal Trujillo passaram a ser repudiados.

Pela primeira vez assumia-se explicitamente a inter-relação dos problemas da América Latina: pobreza econômica, desigualdade social e opressão política, considerando-se fundamental atacar simultaneamente em todas as frentes.

A América Latina naquele início dos anos 60 correspondia ao território no qual o governo Kennedy projetou a expansão da civilização originada na Revolução Americana, fundadora de princípios políticos republicanos originais.

Tais eram as bases da ambiciosa Aliança para o Progresso, à qual Kennedy fazia questão de atribuir a designação de revolução. Revolução no 'bom sentido', no sentido da Revolução Americana.

A revolução da liberdade, segundo Hannah Arendt, figura de grande projeção nos meios intelectuais daquele momento e cuja influência nas bases filosóficas da Aliança é muito perceptível. Arendt defendia a idéia de ser a América – que no caso corresponde sempre aos Estados Unidos – desde os primórdios uma sociedade sem pobreza, onde a “adorável igualdade” jeffersoniana teria surgido natural e organicamente sustentando o símbolo do Novo Mundo, por oposição à velha e caótica Europa, da sangrenta revolução da necessidade – a Revolução Francesa (Arendt, 1988).

É flagrante o quanto a visão da América como destinada a cumprir o desígnio da Providência de redimir a humanidade, que acompanha a Independência e a expansão territorial dos Estados Unidos, continua marcando, séculos depois, a política externa de JFK.

Porém, esta perspectiva messiânica, tão útil no contexto da Guerra Fria e especialmente proclamada pelo anticomunismo marcarthista na década de 50, sofreu um redirecionamento nos anos 60 com Kennedy. A idéia de experiência, mesclando e matizando a perspectiva do destino, transparecia da idéia de que o desejo teria que ser sempre confrontado com a realidade, conforme revelam as palavras do próprio presidente: “Antes do fim do meu mandato teremos de pôr à prova outra vez se um país organizado e governado, como o nosso, pode perdurar. O resultado não é, de maneira nenhuma, certo” (Schlesinger Jr., 1966, p. 217).

Repudiando o maniqueísmo simplista que tinha até então presidido a visão de si e do outro – visão essa que é o substrato de toda política externa –, a Nova Fronteira se pretendeu racional e não moralista,

pragmática e desconfiada do evangelismo protestante presente até no New Deal de Roosevelt, em relação ao qual em outros aspectos se colocava como continuadora.

Significativamente, Kennedy compôs grande parte de sua equipe com *scholars* oriundos tanto de Harvard, onde estudou, quanto de Yale, Cambridge e do célebre MIT (Massachusetts Institute of Technology), preferindo colaboradores versáteis, que trafegavam num vasto campo intelectual, incluindo a literatura e as artes. Marcava-se a diferença em relação à era Eisenhower, na qual pontificaram burocratas e especialistas considerados medíocres e ultrapassados.

O nova administração tentava criar uma imagem de ímpeto e objetividade. Um fluxo de otimismo associado à própria juventude do presidente e sua equipe. Descortinava-se o novo, uma nova década, uma nova fronteira.

Em termos da América Latina, considerava-se que a posse de Kennedy, associado à Roosevelt e sua Política de Boa Vizinhança, teria resgatado uma tendência favorável ao entendimento. Todo discurso de Kennedy era no sentido de realçar a identidade histórica e espiritual das Américas. Numa carta a seus auxiliares o presidente encomendou medidas “bastante dramáticas para conquistar a imaginação dos povos daquela área” (Schlesinger, 1966, p. 158).

A Aliança para o Progresso estava a caminho.

Perseguindo de forma mais pragmática a reversão do antagonismo diante dos Estados Unidos e a garantia de hegemonia sobre o continente, o governo americano procurou entender melhor o que se passava ao sul.

O próprio Pentágono passou a promover estudos psicossociais em torno das tendências de agressividade, violência e frustração potenciais da América Latina, movido pelo interesse de compreender melhor os fatores insurrecionais e munir-se de “esquemas conceituais” e “modelos analíticos” para subsidiar sua ação de contra-insurgência. Era preciso conhecer a fisionomia humana, mergulhar na alma de seus povos. A American University de Washington foi acionada. Sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, geógrafos e economistas começaram a levantar as características dos povos latino-americanos. Passaram a circular trabalhos com títulos como “Pesquisa em ciências sociais e a



segurança nacional”, ou “Missão de guerra do Exército dos Estados Unidos e sua relação com a pesquisa em ciências sociais”.

O próprio processo de montagem da Aliança para o Progresso denuncia o intuito do governo Kennedy de apropriar-se do discurso dos parceiros para deles se aproximar. Aliás o próprio termo Aliança foi tirado de uma revista, significativamente intitulada *Alianza Hispano-Americana*.

É claramente identificável na Aliança a incorporação de planos e de conceitos latino-americanos anteriormente apresentados, como os da Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek e as formulações da CEPAL, rejeitadas pelo governo Eisenhower.

E por que então em termos gerais a Aliança não deu em nada? A pesada dose de idealismo da Aliança para o Progresso, enquanto concepção, e seu fracasso, em termos de resultados, são desconcertantes. Cinco anos após seu lançamento, a Aliança não frutificara. A prática não correspondeu à retórica. Como explicá-lo?

Os que pretendem preservar a imagem de Kennedy tentam comprovar que a Aliança perdeu o rumo com sua morte. Seus sucessores por ela não se empenharam ou, pior ainda, a desvirtuaram, dando razão para que os críticos mais radicais da América Latina a percebessem como uma versão adocicada da Doutrina de Segurança Nacional (Ianni, 1988).

O retrocesso em termos da defesa da reforma agrária é significativo nesse sentido. Em alguns casos, os créditos foram parar nas mãos da tradicional elite agrária, desconhecendo-se os compromissos originais. Na verdade, temeu-se que, ao fim e ao cabo, as iniciativas em favor de uma estrutura fundiária mais justa ganhassem dinâmica própria e redundassem naquilo que mais se temia: o avanço das correntes comunistas.

A negociação com os governos militares também é eloqüente. Contava-se com a possibilidade de aumento gradativo da democracia como conseqüência do desenvolvimento econômico. Mas verificou-se que a passagem do econômico para o político nada tinha de automática, que era muito mais complexa do que até mesmo os cepalinos conseguiram prever.

Apesar de se tomar como modelo o que Washington via como “esquerda democrática”, eram vagos os conceitos e objetivos políticos

do programa, especialmente se contrastados com os de cunho econômico. Segundo Tony Smith, foi justamente a falta de uma moldura teórica em termos políticos o que teria causado a condução tão indecisa e contraditória da Aliança (Smith, 1991). Não se conseguiu prever como organizar politicamente as vastas transformações sociais e econômicas pretendidas. Para Kristol, essa dificuldade denuncia o deficiente desenvolvimento nos Estados Unidos de uma filosofia política da democracia que auxilie no enfrentamento dos problemas gerados na sua prática efetiva, valendo mais o apelo a uma fé democrática que se assenta nos mitos de origem e prega o consenso (Apud Sternsher, 1975, p. 87). Tudo isso fez com que o pragmatismo falasse mais alto, levando o próprio Kennedy a fazer a seguinte declaração, que se refere tanto à República Dominicana quanto ao resto da América Latina:

Há três possibilidades em ordem decrescente de preferência: um regime democrático decente, a continuação do regime de Trujillo ou um regime castrista. Nós devemos almejar o primeiro, mas nós não podemos renunciar ao segundo até que nós tenhamos a certeza de evitar o terceiro. (Smith, 1991, p. 81)

Robert Kennedy, que continuou após a morte do irmão a defender a aplicação efetiva do programa, advertiu em 1966 que “a Carta da Aliança não é um talismã precioso que deva ser tirado de sua caixa e exibido periodicamente; ela tem que ser usada” (Kennedy, 1968, p. 12).

A Aliança se debilitava ao oscilar entre a propalada ênfase no desenvolvimento e a obsessão pela segurança.

A Aliança desmoralizou-se uma vez que muitos governos reformistas que seguiam as linhas mestras da Aliança acabaram não contando com a ajuda dos Estados Unidos. Foi o caso do governo de Juan Bosch da República Dominicana, que foi deposto pelos militares em 1963, quando Kennedy ainda estava vivo. Bosch, desencantado com a Aliança, acabou afirmando: “Nenhum povo se salva por dádivas ou medo; dádivas da aliança ou o medo do comunismo que ela procura inculcar” (Carlos, 1991).

Faltou também envolvimento por parte dos latino-americanos. As elites temiam que as reformas levassem à revolução e não iriam se suicidar. As esquerdas organizadas adotaram o mito revolucionário de

Che e pretendiam transformar a América Latina num grande Vietnã. O ressentimento pela vigência da tutela dos Estados Unidos fez com que os setores populares, por sua vez, não se empolgassem. A tão desejada mística que os Estados Unidos pretendiam que se criasse em torno da Aliança não se efetivou.

Percebemos que a América Latina nunca foi passiva ante a ação dos Estados Unidos, que sempre encontraram dificuldades para fazer passar seu projeto ideológico. Nunca houve unanimidade em torno das suas propostas.

O pan-americanismo da Aliança e anterior a ela enfrentou a resistência mito-prática da tradição nacional e regional que tinha um forte componente autóctone, hispano-americano e antinorte-americano na sua origem.

A APP fracassou especialmente porque os esforços, em termos de operação simbólica, ficaram prejudicados por um núcleo de sentido comprometido com a política tradicional de hegemonia. Combatendo uma política certamente mais perniciosa, baseada na visão de que a América Latina não estava afeita à democracia e empunhando a fórmula do sucesso dos Estados Unidos como base para identidade de todos os americanos, Kennedy acabou ferindo simbólica e concretamente as suscetibilidades dos vizinhos, aferrados na defesa de sua originalidade cultural.

### **A década de 60 e os Corpos da Paz: reinventando a América**

Depois de entrever o projeto nacional delineado e proposto a partir do Estado e de suas iniciativas no plano externo, convém verificar de que forma a sociedade americana interpretou o discurso do Estado e atribuiu significado àquele contexto.

Período de avassaladora rebeldia contra os padrões vigentes na sociedade americana, os anos 60 adquirem efetiva relevância pelo fato de ter sido o momento em que emergiram movimentos sociais de um novo tipo, afirmando novas identidades coletivas e inovando o cenário político de forma surpreendente.

Para o caso dos Estados Unidos, trabalho com a hipótese de que os movimentos culturais e políticos – e no seu interior os diferentes

atores que viveram o período –, ao questionarem os pilares do *american way of life*, optaram por diferentes estratégias e caminhos, lançaram mão de diferentes recursos simbólicos e, combinando-os muitas vezes de maneira inusitada, chegaram a resultados variados em termos de reelaboração discursiva e prática. O desafio que se apresenta é o de mapear e decifrar a lógica dessa complexa realidade em suas múltiplas possibilidades.

Partia-se da denúncia de que existiam apenas formas exteriores de liberdade, que muitos direitos não eram práticos, disponíveis e executáveis, redundando numa farsa de democracia que discriminava negros, mulheres e outras minorias. Democracia que parecia confirmar os piores temores de Tocqueville, tendendo mais para a delegação do que para participação, mais para Hobbes do que para Rousseau, já que os americanos em sua sede por um crescente bem-estar material, teriam se afastado da política e se concentrado na esfera privada da família e dos seus negócios.<sup>3</sup> Por fim, a guerra do Vietnã, como paroxismo da violência, expressaria o delírio de onipotência de uma nação que pretendia conquistar corações e mentes. Apontavam as lacunas entre o ideal e o real, chamando a atenção para as imperfeições do sistema e exigindo a tradução das necessidades em direitos. A República estava em crise, segundo a própria H. Arendt, que associava os movimentos de desobediência civil em curso na década ao espírito das leis americanas (Arendt, 1973).

Na sua rebeldia, aquela juventude oscilava entre a empolgação e a decepção.

A decepção com o sistema disseminou o desejo de evasão dos *hippies*, que pretenderam buscar a liberdade vivendo além daquela sociedade decaída e de sua cultura, num mundo separado, construído para si próprios. O *drop-out era* para estes a única saída.

Vertentes do movimento negro, questionando o integracionismo e até a identidade de afro-americano, chegaram a propor uma ruptura radical com a América. Operando com a idéia de descolonização – que agitava o Terceiro Mundo e em especial a África –, adotaram a religião mulçumana e imaginaram a criação de um Estado negro em território americano. A retórica da não-violência gradativamente também perdeu terreno para a do “poder negro”.<sup>4</sup>

A rejeição à guerra gerou também outro tipo de reação. Jovens que aparentemente mantinham ainda uma visão utópica de América resolveram optar por um caminho alternativo: o alistamento nos Corpos da Paz.

A idéia de criar um programa de recrutamento para trabalho voluntário no exterior foi apresentada por Kennedy a estudantes da Universidade de Michigan na campanha de 1960.<sup>5</sup>

As origens dessa idéia podem ser encontradas no Corpo de Conservação Civil criado, não por coincidência, por Franklin D. Roosevelt em 1933.

Os objetivos formais do programa seriam:

Contribuir para o desenvolvimento de países e regiões críticas; promover a cooperação e a boa vontade internacionais para com os Estados Unidos; contribuir para a educação na América e para uma participação mais inteligente no mundo. (Schlesinger Jr., 1966, p. 610)

As cifras são inequívocas quanto à adesão ao programa: 5.000 voluntários inscreveram-se já em março de 1963, sendo que após um ano este número tinha dobrado e o programa se espalhado por 46 países. É significativo que a metade deste contingente tenha se dirigido para os 14 países membros da APP, envolvendo-se em projetos de ação comunal rural e urbana, especialmente nas áreas de educação e saúde.

Para Jameson, o maior legado de Kennedy à política dos anos 60 foi a retórica da juventude e do choque de gerações. Explorando-a, Kennedy teria contribuído para a articulação do descontentamento desse segmento. Segundo o mesmo autor, seu assassinato contribuiu na mesma medida para a deslegitimação do Estado (Jameson, 1992). Considero problemático conceder a Kennedy o mérito de impulsionador desse processo. Talvez fosse preferível pensar que o presidente foi especialmente sensível e soube aproveitar-se da excitação um tanto quanto difusa que estava no ar, afirmando que os jovens tinham um papel a desempenhar. E foi justamente os Corpos da Paz que Kennedy lhes ofereceu. Em outros termos, o mundo todo foi o espaço que o presidente lhes apontou para o exercício de seu idealismo.

Em seu depoimento sobre os Corpos da Paz, Alan Guskin – fundador do grupo chamado Americans Committed to World

Responsability e um dos estudantes que subscreveu a carta aberta, publicada no *Michigan Daily*, convocando os estudantes a responder ao apelo de Kennedy – afirma que o presidente inspirou aqueles jovens que apenas esperavam por um chamado. A partir daí, os estudantes assumiram a iniciativa. Organizaram um Congresso Nacional sobre os Corpos da Paz, em Washington, para o qual acorreram representantes de 400 universidades e pressionaram para que o programa fosse oficialmente criado sem sofrer qualquer redução em seu escopo original (Guskin, 1986).

Kennedy satisfazia seu desejo de mostrar ao mundo e especialmente a Krushev e a Fidel que nos Estados Unidos também havia um idealismo capaz de mobilizar jovens aos milhares para trabalhar em favor do seu sistema. Para isso enfatizava a tradição norte-americana de trabalho filantrópico que vinculava serviço comunitário e deveres da cidadania.<sup>6</sup>

Os voluntários da Paz deveriam ser a antítese do *Ugly american*,<sup>7</sup> tendo como função principal a de serem embaixadores dos ideais americanos. Nas discussões travadas no Congresso com vistas a aprovar o programa, que àquela altura já era uma realidade e um sucesso em vários países, associavam-se os Corpos da Paz à religião cívica americana. Essa idéia foi claramente expressa nas palavras de um senador por Utah:

The missionary is dedicated to the spreading of the philosophy of a religion, while the Peace Corps man must be dedicated, among other things, to spreading a philosophy of goverment... acquainting the people of other countries, and particularly of the under-developed countries, in which freedom is new and raw, of the basic concepts of America, through contact with our most effective apostles, our American youth. (Apud Fuchs, 1967, p. 33)

No entanto, é bom que se considere que no caso dos Corpos da Paz havia quem defendesse que sua maior virtude era não fazer parte da burocracia estatal. A idéia era a de atuar pelo governo mas não para o governo. Moyers, importante elemento na montagem da agência, chegou mesmo a dizer que os Corpos da Paz estavam para o governo assim como os primeiros franciscanos estavam para a estrutura eclesiástica.

“Novo vinho não poderia ser despejado em depósito velho”, dizia-se (Moyers, 1986).

Daí se pode perceber o sentido ambíguo da adesão ao programa: crítica ao *establishment* via reforço da mística patriótica. O que Shriver, cunhado do presidente e primeiro diretor dos Corpos da Paz, imaginava era a constituição de um microcosmo não do que a América efetivamente era, mas do que se achava que ela deveria ser (Shriver, 1986). Evidencia-se, acima de tudo, o quanto a agência se investiu de um sentido ideológico.

Os Corpos da Paz, enquanto concepção, inseriram-se no projeto de Kennedy de, a um só tempo, reformular e reafirmar os ideais americanos tradicionais, podendo ser considerados como uma expressão moderna dos mitos de origem norte-americanos. Os Corpos da Paz se transformaram numa legenda vinculada ao Presidente Kennedy e hoje, com mais de 35 anos, servem ainda para preservar a mística do seu governo e da América como nação.

Nos países que receberam os voluntários a opinião dividiu-se entre os que consideraram sua ação como um benefício, o que favorecia a idéia de que os EUA eram uma nação disposta a cooperar com o progresso dos povos subdesenvolvidos, e aqueles que viam os Corpos da Paz como uma medida paliativa, que os atos louváveis daqueles escoteiros não puderam ter qualquer impacto nos problemas básicos de investimento de capital e reorganização social, substância do crescimento econômico. No extremo da reprovação, houve quem denunciasse os Peace Corps como disfarce para espionagem patrocinada pela CIA.

A discussão que os Corpos da Paz suscitaram descortina, pois, o universo de contradições vivido tanto nos Estados Unidos – envolvendo diferentes correntes de pensamento no âmbito do Estado e da sociedade – quanto na América Latina.

A recuperação de sua história, a partir de fontes governamentais e de testemunhos dos voluntários, permite confrontar os planos macro e micro das relações internacionais e verificar que os indivíduos não são meros suportes de matrizes discursivas transcendentais.

Os Corpos da Paz, na pluralidade de seu universo de experiências, produziram padrões muito variados de interação cultural, nos quais certamente o mais completo estranhamento e a rejeição do outro ocorreram.

A idéia do americano pioneiro, homem de ação que desbrava fronteiras, deve ter acompanhado inúmeros voluntários.

Mas mesmo assim, muitos vivenciaram um encontro que gerou diálogo, comunicação não violenta entre americanos do norte e do sul. Há testemunhos que dão conta que na Venezuela, mesmo em áreas periféricas da capital onde se podiam ler nos muros “Muera Betancourt” e “Muera Kennedy”, os voluntários eram recebidos com gestos cordiais e saudações em todas as esquinas.

Nos anos 70, os Peace Corps foram alvo do ataque de membros do governo que consideravam a agência uma cobertura para jovens ativistas de esquerda. Foi articulada uma campanha na imprensa para desmoralizar os voluntários, já que não se poderia eliminar sem explicações um órgão criado pelo próprio Kennedy. Parece que seu fechamento só não ocorreu porque o Watergate derrubou o governo antes.<sup>8</sup>

Já na década de 80, depoimentos de ex-voluntários na América Central revelam a resistência a pressões da parte dos escritórios locais no sentido de fornecer informações acerca da atuação política dos camponeses assistidos. Há casos de expulsão de voluntários acusados de agitadores por denunciarem o envolvimento militar a região (MacMartin, 1991-1992).

Supomos que em muitas ocasiões as idéias de liberdade, democracia e progresso foram incorporadas na luta de setores pobres das periferias urbanas por promoção social. É significativo que o termo “gringo” tenha deixado de assumir conotação negativa em algumas áreas.

Talvez Kennedy deva a alguns desses anônimos voluntários parte da responsabilidade pela grande comoção que a sua morte provocou em algumas cidades latino-americanas. Sabe-se que seu retrato foi arrancado de jornais e preso em inúmeros barracos e que seu nome foi dado a inúmeras ruas, escolas, hospitais e projetos residenciais proletários, como é o caso da Vila Kennedy, no Rio de Janeiro, que conta até com uma miniatura da Estátua da Liberdade.

Menos autocentrados, esses agentes concretos da política exterior norte-americana puderam configurar as bases de uma efetiva aliança, substituindo a perspectiva nacionalista de um ‘nós’ imaginário em oposição a um ‘eles’ simbólico, por um sentimento de identificação com o outro, assentado numa vivência partilhada, reveladora do real



sentido de uma comunidade democrática. Nesses casos, os Corpos da Paz ultrapassaram a dimensão propagandística e abriram caminho para novas experiências no campo das relações internacionais.

Certamente essa experiência de ver sua imagem refletida num outro espelho deve ter redundado, na maioria dos casos, numa nova percepção da própria cultura e do sistema americano por esses jovens. Tal como a vivência da guerra, o contato com a miséria na América Latina e em outras partes do mundo não deixou intacto seu sentimento de superioridade e invulnerabilidade. A vivência de outros padrões de relação interpessoal, de outros modelos de autoridade e de prática política deve ter enfim permitido a esses americanos compreender que existem milhões de pessoas que podem preferir outras opções que não fossem as de democrata ou republicano de classe média.

Há que se reconhecer que Kennedy acertou ao considerar os Peace Corps como um projeto educativo para os norte-americanos. Afinal a tradução incessante entre culturas é aquilo que permite o dinamismo interno de uma sociedade.

A noção de *transvaluation*, de Frye, que equivale ao regresso a si de um olhar informado pelo contato com o outro, parece perfeita para retratar o que de melhor se pode esperar das trocas culturais, do processo de *bridging cultures* (Apud Todorov, s.d., p. 115).

Jefferson declarou certa vez que enxergava nos americanos a paixão pela paz. Apesar de sabermos em quantas contradições também ele incorreu e do seu tom demasiado eufórico, o ideal nada tem de desprezível. Como dizia Manoel Bomfim há um século atrás,

deixemos às gentes conservadoras e refletidas o condenar e desprezar a utopia (...) Utopia, sim; sejamos utopistas, bem utopistas; contanto que não esterilizemos o nosso ideal, esperando a sua realização de qualquer força imanente à própria utopia... (Bomfim, 1993, p. 351).

## **Abstract**

This article examines the conceptual framework of the two most important programs in foreign affairs proposed by President Kennedy: the Alliance for Progress and the Peace Corps. My intention is to evaluate how they embodied the philanthropic

and messianic ideals of American political culture and how much the reality of interamerican relations and the experience of cultural interplay challenged some perceptions and concepts.

Key-words: Foreign Relations; Cultural History; Alliance for Progress; Peace Corps.

### Notas

- 1 Os defensores de tão alto pragmatismo encontram excelente socorro nos conselhos do pai-fundador G. Washington, que em seu discurso de despedida da presidência sentencia o seguinte: “Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte da sua independência (...) Não pode haver maior erro do que esperar favores reais de uma nação a outra (...)”. Ver Schlesinger Jr, 1992.
- 2 Ver interessante análise da obra deste autor feita por Velho, 1976.
- 3 Ver excelente artigo sobre o tema em Jasmin, 1991, p. 42-53.
- 4 Quanto às diferentes maneiras de conceber o cruzamento das identidades nacional e étnica das mais expressivas lideranças do movimento negro, ver antologia documental de Cohen, 1969.
- 5 Um fato relativamente pouco conhecido, mas bastante irônico, é o de que a idéia da criação dos Corpos da Paz como uma alternativa ao serviço militar tenha partido de um general do exército americano reformado: o Gen. James. M. Gavin. Foi a partir de um esboço que este general lhe enviou que Kennedy preparou o célebre discurso de São Francisco, que lançou oficialmente os Corpos da Paz.
- 6 A idéia de sacrifício, tantas vezes sublinhada durante a campanha, recebeu destaque no discurso de posse do presidente, encerrado com a famosa frase: “E assim, caros cidadãos norte-americanos, não perguntem o que a nação pode fazer por vocês, mas o que vocês podem fazer pela nação”.
- 7 A novela *The ugly american*, publicada em 1958, é uma referência na discussão travada no período eleitoral sobre assistência técnica e política exterior norte-americana. A novela tem como personagem principal um engenheiro que, pouco preocupado com as aparências e

os bons tratos, consegue com muito sucesso desenvolver um programa de assistência técnica no sudeste asiático. Seu segredo era viver em contato direto com as comunidades assistidas, aprendendo a sua língua e procurando compreender sua cultura. Seu contraponto na estória seriam os representantes oficiais do governo americano, diplomatas e técnicos que pouco interesse tinham em se aproximar do povo e da cultura local e acabavam por prejudicar a imagem dos Estados Unidos pelo seu mal disfarçado sentimento de superioridade e desprezo pelos nativos. Dessa forma os sinais se inverteriam e o “feio” seria atribuído não ao físico, concreto, mas ao simbólico. A novela virou um *best-seller* e seus autores – Eugene Burdick e William Lederer – foram convidados para serem consultores dos Corpos da Paz nas Filipinas, um dos maiores projetos da agência.

8 *Village Voice*, v. 37, n. 12, mar. 24, 1992, p. 37.

### Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BENDER, T. Nova York em teoria. In: BERLOWITZ, L.; DONOGHUE, D.; MENAND, L. (Org.). *A América em teoria*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- BERCOVITCH, S. A retórica como autoridade: puritanismo, a Bíblia o mito da América. In: *Religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1993.
- CARLOS, Newton. *Camelot, uma guerra Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1991.
- DIGGINS, J. P. A teoria e a fundação da América. In: BERLOWITZ, L.; DONOGHUE, D.; MENAND, L. (Org.). *A América em teoria*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- FUCHS, Lawrence H. *Those peculiar americans*. New York: Meredith Press, 1967.
- GUSKIN, Alan. Passing the Torch. In: VIORST, Milton (Ed.). *Making a difference: the Peace Corps at twenty-five*. New York: Weidenfeld & Nicolson, 1986.

- HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IANNI, Otávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- JASMIN, M. Individualismo e despotismo: a atualidade de Tocqueville. *Presença*. Rio de Janeiro, v. 16, abril 1991, p. 42-53.
- KENNEDY, Robert. *O desafio da América Latina*. Rio de Janeiro: Laudes, 1968.
- MACMARTIN, C. Peace Corps and empire. *Covert Action Information Bulletin*. London, v. 39, winter 1991-92. p. 35-9.
- SCHLESINGER JR., A. *Mil dias de John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Os ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- SHRIVER, Sargent. The vision. In: VIORST, Milton (Ed.). *Making a difference: the Peace Corps at twenty-five*. New York: Weidenfeld & Nicolson, 1986.
- SMITH, T. The Alliance for Progress: The 1960s. In: LOWENTHAL, A. F. (Org). *Exporting democracy: the U.S. and the Latin America*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1991.
- STERNISHER, B. *Consensus, conflict and american historians*. Bloomington: Indiana University Press, 1975.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Universidade de São Paulo, 1977, (Coleção Ler e Pensar, 1).
- TODOROV, T. *As morais da História*. Lisboa: Europa-América, s.d.
- TURNER, F. J. The west and american ideals. In: *The frontier in American History*. Huntington, N.Y.: Robert E. Krieger Publishing Company, 1976.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.